

Zélia retorna ao Congresso para apresentar a proposta de renegociação da dívida

por João Alexandre Lombardo
de Brasília

A ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, voltará hoje ao Congresso Nacional, desta vez para apresentar às lideranças no senado a proposta brasileira para a renegociação da dívida externa. Ontem, o líder do PMDB, senador Ronan Tito (MG), afirmou que seu partido dará apoio à negociação, desde que ela garanta a soberania brasileira. O PMDB é hoje o maior partido de oposição ao governo. O apoio do senado à negociação brasileira é importante já que, pela Constituição, cabe à Casa aprovar operações referentes à dívida externa.

O encontro da ministra com os senadores acontecerá às 11 horas, na comissão de assuntos econômicos, e será aberta. A reunião foi articulada junto à presidência do Senado pelo ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, dentro da tarefa de aproximar o Executivo ao Legislativo.

Segundo o senador Jorge Bornhausen (PFL-SC), que recentemente participou de algumas reuniões com a ministra da Economia, Zélia espera que o Senado vote, ainda antes da assinatura do acordo com os credores, um projeto de resolução estabelecendo parâmetros para a negociação da

dívida externa que se aproxime daqueles que vêm sendo fixados pelo governo.

O líder do PSDB, senador Fernando Henrique (SP), é autor de um projeto de resolução que tem três pontos básicos: diz que o pagamento da dívida deve ser feito com superávit fiscal; que o governo fica obrigado a manter um nível de reservas cambiais adequado, equivalente a cerca de US\$ 8 bilhões ou US\$ 9 bilhões; além de proibir o governo de pagar juros atrasados antes do contrato de negociação global ser assinado com credores.

EMENDAS

O senador Jorge Bornhausen acredita que o projeto pode ser votado até quarta ou quinta-feira na comissão de assuntos econômicos. Ele é autor de algumas emendas à proposta do senador "tucano". Bornhausen propõe, por exemplo, que o Senado não imponha condições para o pagamento de juros atrasados. Ele é também autor de uma emenda para que as vantagens concedidas a um credor seja estendidas aos demais.

"A resolução é um figurino. Dentro desse figurino, o governo pode navegar à vontade", declarou Bornhausen, para frisar a importância do projeto de resolução que será votado pelo Senado.